



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares: perspectivas da produção acadêmica da ANPED (2017–2025)¹

Pedro Henrique Pereira Venâncio (UEMG)²

Aline Choucair Vaz (UEMG)³

Resumo

Este artigo analisa a produção acadêmica sobre Educação Popular, Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares publicada nos anais da ANPED entre 2017 e 2025. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na modalidade Estado do Conhecimento, que analisou 22 trabalhos. Os resultados evidenciam o predomínio da matriz freireana, articulada aos referenciais decoloniais, feministas e antirracistas, bem como o uso recorrente de metodologias participativas e etnográficas. Em contrapartida, verificou-se a escassez de estudos sobre Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares, especialmente acerca de seus processos educativos, além da ausência de pesquisas sobre a rede Educafro Minas. Os resultados evidenciam a necessidade de ampliar investigações sobre processos educativos protagonizados pelo Movimento Negro e iniciativas de democratização do acesso à educação superior. Nesse sentido, a Educação Popular Negra constitui importante categoria analítica para compreender práticas educativas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais e o direito à educação.

¹ Trabalho construído com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

² Licenciado em História (UEMG), mestrando em Educação e Formação Humana (PPGE/UEMG), bolsista FAPEMIG e educador popular na rede de cursinhos populares Educafro Minas. E-mail: venanciotv@outlook.com

³ Doutora em Educação (UFMG), professora permanente do Programa Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/UEMG) e professora efetiva da FaE/CBH/UEMG do Curso de Pedagogia. E-mail: aline.vaz@uemg.br

Palavras-chave

Educação Popular; Educação Popular Negra, Cursos Pré-vestibulares Populares; Movimento Negro; Educafro Minas.

Black Popular Education and Popular University Entrance Preparatory Courses: Perspectives from ANPEd's Academic Production (2017–2025)

61

Abstract

This article analyzes academic production on Popular Education, Black Popular Education, and Popular Preparatory Courses for Higher Education Entrance Examinations published in ANPEd proceedings between 2017 and 2025. This bibliographic study, conducted through the State of Knowledge approach, analyzed 22 papers. The results reveal the predominance of the Freirean framework, articulated with decolonial, feminist, and anti-racist perspectives, as well as the recurrent use of participatory and ethnographic methodologies. In contrast, studies on Black Popular Education and Popular Preparatory Courses remain scarce, particularly regarding their educational processes, and no studies were identified on the Educafro Minas network. The findings highlight the need to expand research on educational processes led by the Black Movement and initiatives aimed at democratizing access to higher education. Thus, Black Popular Education constitutes an important analytical category for understanding educational practices committed to addressing racial inequalities and promoting the right to education.

Keywords

Popular Education; Black Popular Education; Popular Preparatory Courses for Higher Education; Black Movement; Educafro Minas.

Recebido em: 14/07/2026
Aprovado em: 12/09/2026

Introdução

O campo de debates sobre Educação Popular é amplo e complexo: diferentes agentes e movimentos disputaram e seguem disputando seus sentidos e princípios. A perspectiva de Educação Popular adotada neste trabalho se alinha à tendência libertadora inaugurada pelas práticas do educador Paulo Freire e ampliada por pesquisadores/as como Carlos Rodrigues Brandão, Raiane Assumpção. Nessa linha, a Educação Popular é percebida como uma concepção geral de educação que emerge do comprometimento com a superação das opressões sobre as classes/grupos populares, construída na leitura crítica, e dialógica, das realidades e a partir das culturas e demandas dos diferentes grupos sociais (Brandão, 2006; Brandão; Assumpção, 2009).

Por esse viés, diversos grupos e sujeitos sociais coletivos produzem experiências, ações e saberes específicos no interior dos trabalhos de Educação Popular. A Educação Popular Negra, nesse cenário, na perspectiva dos/das pesquisador Natalino Neves da Silva (2020) se apresenta como uma via de mobilização crítico-racial construída a partir das experiências de opressão, e de resistência, dos sujeitos negros/as por meio das articulações com o Movimento Negro educador. Versa sobre a articulação dos princípios da Educação Popular com a luta antirracista (Silva, 2020).

O fortalecimento desses debates acompanha o crescimento dos debates acadêmicos. Este estudo evidenciou a ampliação dos debates interseccionais no campo da Educação Popular, em articulação com os movimentos sociais populares, para além das categorias genéricas de povo/classe. Apresentaram-se trabalhos protagonizando debates sobre raça, gênero e colonialidade, ampliando as possibilidades analíticas do campo. Essa ampliação evidencia a construção de processos educativos comprometidos com o enfrentamento das desigualdades e das opressões, especialmente do racismo, e com a democratização do direito à educação.

Entretanto, apesar desse movimento de ampliação, algumas iniciativas permanecem pouco exploradas. No que tange aos processos educativos percebeu-se uma baixa presença nas produções analisadas, especialmente no que se refere aos processos educativos em Cursos Pré-vestibulares do Movimento Negro, a exemplo da ausência de trabalhos sobre a rede de Cursos Pré-vestibulares Populares Educafro Minas.

Por esse viés, o presente artigo parte da seguinte questão: como a produção acadêmica publicada nos anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), entre 2017 e 2025 – últimas cinco reuniões – tem abordado as relações entre Educação Popular, Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares. Além disso, quais lacunas se apresentam nesse campo de investigação? Ressalta-se que a escolha da ANPED como base para essa revisão se deu por sua relevância e impacto nas pós-graduações em educação do Brasil.

Partindo dessas questões, este estudo de revisão bibliográfica pretende analisar o estado do conhecimento, por meio da produção acadêmica da ANPED, no âmbito do recorte supracitado, a fim de identificar os campos teóricos, os percursos metodológicos e as possíveis lacunas existentes no campo. Ademais, pretende-se compreender de que forma a pesquisa de mestrado em andamento se insere no campo de discussões, assim como contribuir para investigações semelhantes.

Revisão Teórico-metodológica

As produções apresentadas na ANPED são organizadas em Grupos de Trabalho (GTs), espaços temáticos que congregam pesquisadores/as de diferentes instituições em torno de campos específicos da pesquisa educacional. Considerando os objetivos desta investigação, o levantamento foi realizado de forma geral a partir dos descritores “Educação Popular”, “Educação Popular Negra”, “Cursos Pré-vestibulares Populares” e “Educafro Minas”, independentemente do GT em que os trabalhos estavam inseridos.

A busca inicial resultou em 56 trabalhos publicados nos anais da ANPED entre 2017 e 2025. Dentre eles, foram identificados dois estudos sobre cursos pré-vestibulares populares, localizados nos GTs 06 – Educação Popular e 17 – Filosofia da Educação. Em relação ao descritor Educação Popular Negra foi localizado apenas um trabalho que mobiliza explicitamente essa categoria, publicado nos anais da 42ª Reunião Nacional da ANPED. No que tange ao descritor “Educafro Minas”, não foi encontrado nenhum trabalho que verse especificamente sobre essa iniciativa.

Após o levantamento inicial procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos encontrados. A triagem foi realizada a partir dos seguintes critérios: a) presença dos descritores selecionados; b) pesquisas com

lôcus em cursos pré-vestibulares populares, movimentos sociais e/ou sobre essas iniciativas; e c) aproximação com discussões raciais e/ou práticas educativas emancipatórias. Os trabalhos selecionados atenderam a pelo menos um elemento desses critérios. Aqueles que não apresentaram relação direta com os objetivos da pesquisa foram retirados do corpus analítico.

Ao final desse processo, foram selecionados 22 trabalhos. Desse total, 20 estavam vinculados ao GT 06 – Educação Popular, um ao GT 17 – Filosofia da Educação e um ao GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Não foram identificados trabalhos que atendessem aos critérios de seleção no GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos.

Para fins de organização e sistematização dos dados, os trabalhos foram distribuídos em duas tabelas. A primeira reúne os 56 trabalhos identificados a partir dos descritores utilizados na busca. A segunda apresenta os 22 trabalhos selecionados após o processo de triagem, constituindo o corpus de análise desta pesquisa. A partir dessa seleção, buscou-se compreender os caminhos teórico-metodológicos e conceitos mobilizados nas pesquisas.

As análises apresentadas nas seções seguintes foram organizadas a partir dos descritores de busca dos trabalhos selecionados. Os descritores “Cursos Pré-vestibulares Populares” e “Educafro Minas” contemplarão a mesma seção por ambos tratarem de espaços comunitários de preparação crítica para o ingresso no ensino superior. Ressalta-se que a seção “Caminhos teórico-metodológicos” foi produzida separadamente para melhor exposição dos resultados que respondem ao objetivo deste trabalho.

Educação Popular

O conceito de Educação Popular (EP) na América Latina, vem sendo disputado e articulado por diferentes movimentos políticos, pedagógicos e sociais. Dentre as diferentes perspectivas possíveis, a concepção adotada pela pesquisa em andamento se articula com as práticas e inclinações freireanas que compreendem a educação popular não somente como um método pedagógico de resistência, mas um movimento de trabalho político, social e educativo – consequentemente pedagógico – com as camadas populares da sociedade. Na perspectiva do educador e pesquisador Paulo Freire (2019), toda prática educativa é também um ato político, sendo a educação popular contextualmente

orientada pela ação política de conscientização política para a resistência às estruturas de opressão.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção (2009), a Educação Popular surge em diferentes mobilizações civis, como em associações de bairro, cursos pré-vestibulares populares etc. Emerge em ações de educadores/as comprometidos/as.

É, portanto, construída a partir das culturas e das realidades populares, tendo entre seus objetivos a produção de saberes e práticas sociais relevantes e úteis para a vida e para a luta dos sujeitos e dos territórios em que se expressa (Brandão, 1981). As epistemologias, os conhecimentos, os símbolos e os significados que orientam os modos de reprodução da vida social do povo apresentam-se como princípios operacionais dos trabalhos e movimentos de Educação Popular.

Os novos movimentos sociais populares – como o Movimento Negro, LGBTQIAPN+ e outros que se fortalecem a partir das décadas de 1980/90 – na perspectiva da pesquisadora Maria da Glória Gohn (2012), possuem um caráter educativo que contribui para a construção de uma leitura crítica da realidade cultural em que os sujeitos se inserem, sendo esse elemento fundamental para a elaboração de projetos voltados à superação das opressões e das desigualdades. A dimensão educativa presente na dinâmica dos movimentos sociais é essencial para a transformação da cultura política dos diferentes agentes envolvidos em suas mobilizações e reivindicações – desde ativistas e militantes até opositores e instituições afetadas (Gohn, 2012).

Gohn (2012, p. 49) evidencia que o caráter educativo dos movimentos sociais é fortemente orientado pelos princípios da Educação Popular, caracterizando-os como “formas renovadas de educação popular”. Essa renovação não representa uma ruptura com seus fundamentos, mas uma ressignificação de suas formas de organização, atuação política e práticas pedagógicas. Embora se diferenciem de experiências anteriores voltadas prioritariamente à alfabetização, esses movimentos mantêm o compromisso com os sujeitos populares e partem de suas realidades sociais e culturais para a construção coletiva de uma leitura crítica do mundo e de respostas às suas demandas concretas. Desse modo, seus processos educativos extrapolam a alfabetização e a escolarização, articulando conscientização e enfrentamento das desigualdades e opressões sociais.

Nesses princípios, Paulo Freire (2019) indica que a educação não pode ser unilateral, mas dialógica. Este é um princípio que se opõe à lógica bancária de educação, na qual o saber é transferido, ou depositado, em sujeitos passivos (Freire, 2019). A EP, portanto, por se tratar de um trabalho para/de/com as camadas populares da sociedade, deve, além de partir do diálogo na leitura crítica das suas realidades, planejar suas ações e prática pedagógicas de forma coletiva.

Nos trabalhos selecionados pelo descritor nos anais das reuniões nacionais da ANPED, percebe-se um padrão na concepção de Educação Popular ao partirem da ótica defendida pelas perspectivas do campo teórico introdutório deste tópico, e se relacionam diretamente com a pesquisa de mestrado que justifica esta revisão bibliográfica. Nos trabalhos intitulados “Economia Solidária: Espaço de educação popular e empoderamento feminino e Comunidades Tradicionais Amazônicas” e “Estágio Supervisionado: Reflexões sob a perspectiva da educação”, respectivamente dos autores Josilaine Pereira e Geraldo Locks (2019), e Sullivan de Souza (2025), a EP é pensada orbitando a noção de movimentos político-pedagógicos comprometidos com os interesses e a emancipação dos sujeitos populares.

Pereira e Locks, ao defenderem a economia solidária enquanto “espaço de educação popular”, apontam que a essa concepção de educação é orientada por

[...] princípios de reconhecimento dos sujeitos subalternizados, diálogo pedagógico, fortalecimento de vínculos, clara intenção de transformação da realidade, prática refletida resultando a práxis, tendo em vista uma postura de autonomia, de protagonismo emancipador dos/as sujeitos envolvidos/as – educadores/as e educandos/as – com fito de superar qualquer relação de dependência e submissão, torna-se a estratégia mais adequada para alcançar a emancipação de sujeitos individuais e coletivos de homens e mulheres (Pereira; Locks, 2019, p. 3).

Portanto, não reduzem o conceito a uma modalidade educativa ou uma mera alternativa à educação formal. Situam-na como movimento de trabalho político, independente do território onde emerge, com o povo por meio da educação (Brandão, 1981).

Os trabalhos selecionados sobre movimentos orientados pelos princípios da Educação Popular, ao partirem da realidade como eixo de organização das suas atividades, consideram os diferentes atravessamentos de opressão sobre os corpos dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, é de extrema relevância a orientação dos processos educativos sobre a leitura crítica de estruturas específicas que oprimem a realidade de grupos sociais e raciais específicos.

No trabalho Educação Popular e Economia Solidária pelas Mãos das Mulheres, Íris de Carvalho (2021) articula a concepção de Educação Popular às discussões sobre gênero e empoderamento feminino. A autora evidencia o potencial da organização coletiva das mulheres na construção de processos educativos voltados ao enfrentamento das opressões historicamente vivenciadas pelos corpos femininos.

As produções expressam um movimento de articulação da Educação Popular com as experiências concretas de grupos sociais específicos, evidenciando que as desigualdades são produzidas e vivenciadas de maneiras distintas. Embora a Educação Popular tenha como horizonte a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos, diferentes grupos são atravessados por relações particulares de dominação estruturadas por marcadores como raça, gênero, classe e território.

A compreensão dessas especificidades torna-se fundamental para a construção de processos educativos comprometidos com a transformação das condições concretas de opressão. O reconhecimento dessas diferenças não fragmenta o projeto político da Educação Popular; ao contrário, contribui para seu fortalecimento, ao articular distintas experiências de luta em torno de um objetivo comum de emancipação humana, justiça social e superação das múltiplas formas de dominação.

Um conceito frequentemente associado à Educação Popular nos trabalhos analisados é o de “decolonialidade”. Os pesquisadores/as Alder Dias e Marcilene dos Santos (2025), ao examinarem as contribuições desse campo teórico para o GT 6 – Educação Popular da ANPED, concluíram que a decolonialidade oferece importantes aportes para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades ao questionarem e pressionarem as hierarquias de saber, poder e ser produzidas pela modernidade colonial. Sua aproximação com a EP ocorre justamente pelo compromisso compartilhado com a valorização dos sujeitos historicamente subalternizados, de seus conhecimentos e de suas experiências de vida.

Desse modo, a centralidade atribuída a determinados grupos, experiências e formas de opressão nos trabalhos de Educação Popular não implica a fragmentação desse campo, mas o aprofundamento de sua capacidade analítica e emancipatória. Ao reconhecer os diferentes atravessamentos que constituem as realidades sociais, tais estudos evidenciam que as desigualdades são produzidas de maneiras distintas e demandam respostas educativas igualmente situadas.

Educação Popular Negra

A Educação Popular Negra (EPN) constitui uma das expressões das múltiplas formulações construídas no interior do campo da Educação Popular. Fundamentada nas experiências históricas de resistência da população negra e nas lutas do Movimento Negro Brasileiro, se insere em um campo de disputas orientado pela emancipação dos sujeitos e pela superação das opressões, especialmente do racismo historicamente imposto à população negra.

Os processos educativos protagonizados pelo Movimento Negro articulam formação política, valorização cultural e produção de consciência crítica, configurando práticas comprometidas com a transformação social. Como “formas renovadas de educação popular” (Gohn, 2012, p. 49), os movimentos sociais populares, entre eles o Movimento Negro, expressam em suas práticas formativas princípios característicos da Educação Popular e Educação Popular Negra.

A professora Nilma Lino Gomes (2017) compreende o Movimento Negro Brasileiro como um agente educador e produtor de saberes e práticas emancipatórias. Ao fundamentar suas ações educativas no diálogo, na construção coletiva do conhecimento crítico sobre a realidade e no enfrentamento às desigualdades sociais, políticas e econômicas condicionadas pela racialidade brasileira esse movimento sistematiza experiências históricas de resistência da população negra e elabora conhecimentos próprios, construídos coletivamente e comprometidos com a emancipação dos sujeitos. Assim, além de denunciar as diferentes formas de opressão racial, o Movimento Negro produz referências teóricas, políticas e pedagógicas fundamentais para a transformação da realidade social (Gomes, 2017).

Segundo o pesquisador Natalino Silva,

Partindo da compreensão de que EP integra a dinâmica dos movimentos sociais, pensar em termos de EPN significa considerá-la como parte integrante do processo de construção da luta antirracista e pelo direito pleno à cidadania da população negra. Desse modo, entender quais os saberes de libertação e emancipatórios ocasionados por meio das manifestações sociopolíticas e culturais populares afro-diaspóricas no cotidiano da vida social, por meio da conceituação interpretativa e analítica EPN, apresenta-se como fundamental (Silva, 2020, p. 5)

Nesse viés, a Educação Popular Negra amplia os debates da Educação Popular ao articulá-los à dimensão racial, bem como a outros atravessamentos e formas de opressão e resistência historicamente construídas (Silva, 2020). Suas

ações e reflexões partem de uma leitura crítica da racialidade brasileira e das experiências vivenciadas a partir da raça, buscando identificar e superar os processos que, historicamente, contribuíram para a desumanização dos corpos negros. Esses processos também podem se manifestar nas práticas de diferentes organizações da sociedade civil.

Bárbara Carine (2026), em *Raça Social: Uma leitura sobre a racialidade brasileira*, evidencia que a noção moderna de raça foi utilizada como marcador ontológico de desumanização da população negra, legitimando sua escravização nas Américas. Difundida pela ciência moderna e articulada à consolidação do capitalismo à brasileira, essa concepção, baseada em características fenotípicas e na suposta presença ou ausência de racionalidade, atribuiu aos corpos negros uma condição de inferioridade racial e ontológica diante dos padrões culturais e racionais do Ocidente colonizador (Carine, 2026).

O conceito de raça é, portanto, indissociável do racismo como sistema de dominação. Séculos de desumanização e escravização ontológica da população negra estruturaram relações de poder racistas e segregadoras que permanecem na realidade contemporânea. Assim, embora desprovida de fundamento biológico, a raça constitui uma construção social que continua operando nas relações de poder e na produção das desigualdades sociais (Carine, 2026).

Em contraponto, os movimentos orientados pela lógica da Educação Popular Negra protagonizam processos educativos e práticas pedagógicas voltados à desconstrução dessa concepção de raça historicamente imposta pelo colonialismo sobre os corpos negros. Como o racismo é uma força que desumaniza e marginaliza, a prática educativa que o combate é, por excelência, uma prática de humanização – princípio base da Educação Popular Negra (Silva, 2020). O Movimento Negro Brasileiro, por esse viés, exerce um papel de educador popular ao ressignificar e politizar a noção de raça, transformando-a em instrumento de afirmação identitária, resistência e emancipação (Gomes, 2017).

Dentre os 22 trabalhos selecionados nos anais da ANPED, apenas um atendeu diretamente ao descritor “Educação Popular Negra”. O trabalho intitulado “Criuciúma da Nossa Gente: Movimentos negros educadores e educação popular negra”, de Douglas Santana e Janine Moreira (2025), é articulado com a perspectiva referenciada no corpo deste tópico.

Santana e Moreira (2025), ao dialogarem com as formulações de Gomes (2017), situam o Movimento Negro como agente educador e protagonista no enfrentamento ao racismo, compreendendo a raça como uma construção social permanentemente disputada e ressignificada. Nessa perspectiva, defendem que “[...] o Movimento Negro Brasileiro tem desenvolvido uma Educação Popular Negra (EPN)”, cujas práticas articulam conhecimentos formais aos saberes construídos organicamente “nas ruas, nas lutas e nas comunidades” (Santana, Moreira, 2025, p. 2).

O trabalho constitui a única publicação dos anais da ANPEd que reivindica explicitamente a categoria Educação Popular Negra. Em sua formulação, essa perspectiva encontra-se vinculada às práticas educativas protagonizadas no interior dos movimentos sociais e de outras organizações da sociedade civil comprometidas com a emancipação social e racial. Dessa forma, a Educação Popular Negra é compreendida como um conjunto de princípios e práticas voltados à humanização dos sujeitos, à valorização de seus saberes e experiências e ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão que atravessam a população negra.

Os trabalhos “Educação Popular e Artes Visuais: Um ensaio sobre colonialidade do ver e leitura de mundo”, de Franciele Peloso e Ercilia de Paula (2025), e “Educação Popular Feminista e Pensamento Feminista Negro na Educação Popular”, de Eliandra Model e Edla Eggert (2025), evidenciam outras articulações presentes no campo analisado. Peloso e Paula (2025) aproximam Educação Popular, arte e decolonialidade ao problematizarem as formas de produção do conhecimento, da estética e das representações historicamente naturalizadas pelas estruturas coloniais.

Model e Eggert (2025), por sua vez, articulam Educação Popular Feminista e Pensamento Feminista Negro, evidenciando os atravessamentos de gênero e raça nos processos educativos. Assim, organização coletiva das mulheres constitui espaço de formação, produção de saberes e enfrentamento das desigualdades, articulando os processos de emancipação às especificidades de suas experiências sociais (Model; Eggert, 2025). Percebe-se, portanto, um movimento de ampliação do campo da Educação Popular para além das categorias clássicas de povo e classe, incorporando discussões sobre gênero, colonialidade, populações tradicionais e relações raciais. As produções

selecionadas constroem seus caminhos teóricos em torno do campo decolonial e da Educação Popular para se pensar os atravessamentos de raça, gênero e classe. Contudo, a categoria EPN permanece pouco explorada nos campos teóricos mobilizados. Tal cenário aponta que, apesar da crescente incorporação da questão racial às análises, ainda são escassas pesquisas que investigam os processos educativos emancipatórios protagonizados pelo Movimento Negro.

Considerando as contribuições da pesquisadora Alda Judith (2012), compreende-se que o quadro teórico de uma pesquisa constitui o principal instrumento de orientação para a interpretação da realidade investigada. Para tanto, a adoção da categoria Educação Popular Negra justifica-se pela necessidade de compreender dimensões do fenômeno educativo que não são plenamente explicadas ou evidenciadas pelas formulações clássicas da Educação Popular.

O campo teórico oferece os referenciais necessários para a construção de categorias e constructos relevantes à análise e à interpretação dos resultados de uma pesquisa. Nesse viés, embora compartilhe os princípios dialógicos, emancipatórios e participativos da Educação Popular, a Educação Popular Negra incorpora a experiência racial como elemento estruturante da realidade social brasileira.

O professor Miguel Arroyo (2017) argumenta que as especificidades das experiências históricas vivenciadas pela população negra não podem ser diluídas nas categorias genéricas de povo ou classe. A emancipação dos sujeitos negros exige a desconstrução do “mito da inferioridade de origem” produzido e reproduzido ao longo da colonização (Arroyo, 2017).

Esse cenário demanda o reconhecimento das pedagogias protagonizadas historicamente pelos coletivos negros, indígenas, quilombolas e por outros grupos socialmente marginalizados, cujas experiências foram frequentemente ocultadas ou desvalorizadas pelos referenciais educacionais hegemônicos (Arroyo, 2017).

Nessa direção, a Educação Popular Negra possibilita compreender como a experiência racial estrutura formas particulares de opressão, resistência e produção de saberes no contexto brasileiro, oferecendo instrumentos teóricos capazes de evidenciar processos educativos produzidos no interior do Movimento Negro que permanecem pouco explorados pela literatura analisada.

Desse modo, evidencia-se que a análise da dimensão racial não constitui um elemento secundário ou complementar da emancipação social, mas uma condição fundamental para a compreensão e a superação das desigualdades que marcam a realidade brasileira.

Cursos Pré-vestibulares Populares e Educafro Minas

Ao considerar o caráter educativo dos movimentos sociais populares, torna-se indispensável reconhecer as diferentes estratégias e instrumentos construídos por esses sujeitos coletivos em suas práticas de mobilização e resistência. Nilma Lino Gomes (2017) evidencia que o Movimento Negro Brasileiro elege a educação como uma importante ferramenta de produção de saberes, formação política e enfrentamento das desigualdades raciais. De modo semelhante, diversos movimentos sociais populares – de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, mulheres, entre outros – protagonizaram projetos práticas educativas voltadas à compreensão crítica da realidade e à construção de alternativas para a superação das diferentes formas de opressão.

É nesse contexto que se inserem os cursos pré-vestibulares populares. Segundo os educadores Clóves Alexandre (2005) e Nadir Zago (2008), além da preparação para os processos seletivos de ingresso nas universidades, essas iniciativas articulam debates sobre cotas sociais e raciais, taxas de inscrição em vestibulares e políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior.

Essas iniciativas constituíram-se não apenas como mecanismos de ampliação das oportunidades educacionais, mas também como espaços de organização coletiva, conscientização crítica e reivindicação do direito à universidade. Tal configuração expressa a própria transformação dos movimentos sociais brasileiros, que passaram a combinar a denúncia das desigualdades com a construção de alternativas concretas para seu enfrentamento.

O Movimento Negro destacou-se como um dos principais protagonistas desse processo. A Educafro, conforme destaca a professora Nadir Zago (2008), se origina na Baixada Fluminense (RJ), em 1993, no Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Essa iniciativa ocorreu a partir da aliança de membros da antiga Pastoral do Negro e ativistas do Movimento Negro, como forma de enfrentar a exclusão histórica da população negra e periférica da educação

superior (Zago, 2008). Liderada pelo Frei David Raimundo dos Santos, a Educafro consolidou-se como uma rede nacional de Cursos Pré-vestibulares Populares, fundamentada no trabalho voluntário e na formação política com enfoque antirracista (REDE EDUCAFRO MINAS, 2025).

Como desdobramento, a Educafro Minas segundo a pesquisadora Andreza Barroso Gonçalves (2022), surgiu entre 1999 e 2000 com a criação do primeiro núcleo em Passos, cidade localizada ao sul do estado de Minas Gerais e, em 2001, foi oficialmente estruturada com sede em Belo Horizonte. Desde então, atua em Minas Gerais nas lutas por inclusão educacional da população negra e outros sujeitos em estado de vulnerabilidades social e econômica, articulando educação popular com justiça racial (REDE EDUCAFRO MINAS, 2025).

Nos trabalhos selecionados, nenhum versou especificamente sobre a rede Educafro Minas, assim como apenas dois trabalhos foram realizados sobre cursos pré-vestibulares populares. Ao analisarem a organização dos cursos populares de Porto Alegre durante a pandemia da Covid-19, Victor de Jesus e Elisabete Búrigo (2023), no trabalho intitulado “Os Cursos Pré-Vestibulares Populares de Porto Alegre Durante a Pandemia de Covid-19”, evidenciam que esses espaços não se restringem à preparação para a aprovação nos vestibulares. Os autores destacam sua atuação como instrumento de apoio às classes populares no acesso ao ensino superior, especialmente por meio de ações de suporte aos estudantes que, durante a pandemia, evidenciaram as vulnerabilidades do público atendido por esses projetos (Jesus; Búrigo, 2023).

Em convergência, o trabalho intitulado “Os Cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular”, de Paulo Henrique Silveira (2021), descreve uma proposta de minicurso que objetivou “[...] apresentar e discutir os contextos histórico, político e educacional que marcam a origem e a estruturação dos cursos pré-vestibulares populares em meados dos anos 90” (Silveira, 2021, p. 1).

Além disso, destacam a presença de princípios dialógicos, participativos e emancipatórios que aproximam essas experiências do campo da Educação Popular. Contudo, o estudo de Silveira (2021), ao abordar especificamente os cursos pré-vestibulares para negros e pobres, evidencia que a dimensão racial não se apresenta apenas como uma característica do público atendido, mas como elemento constitutivo de sua organização política e pedagógica.

Essa constatação reforça a necessidade de uma categoria analítica como a Educação Popular Negra. Embora compartilhem os fundamentos da Educação Popular, os cursos pré-vestibulares vinculados ao Movimento Negro incorporam o enfrentamento ao racismo como eixo estruturante de suas práticas educativas. Nesses espaços, a democratização do acesso ao ensino superior articula-se à construção da consciência racial crítica, à valorização das identidades negras e à produção de saberes voltados à superação das desigualdades raciais.

Assim, as fontes demonstram que os cursos pré-vestibulares populares não se configuram apenas como iniciativas de preparação acadêmica, mas como experiências educativas comprometidas com a emancipação social e racial da população negra. Nesse sentido, a categoria Educação Popular Negra apresenta-se como um importante instrumento analítico para compreender os processos educativos próprios desses espaços, permitindo identificar como o enfrentamento ao racismo, a valorização dos saberes afro-diaspóricos, a positivação de identidades negras e a formação política dos sujeitos estruturam suas práticas pedagógicas e seus objetivos formativos.

Os trabalhos selecionados sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares concentram-se em suas contribuições para a ampliação do acesso ao ensino superior e o enfrentamento das desigualdades educacionais. Embora reconheçam esses espaços como movimentos sociais de caráter político e emancipatório, ainda são escassas as análises sobre seus processos educativos, especialmente nas experiências vinculadas ao Movimento Negro e compreendidas a partir da Educação Popular Negra.

A reduzida presença de trabalhos sobre Cursos Pré-Vestibulares Populares reforça a limitada atenção dedicada a essas experiências educativas, especialmente no que se refere aos seus processos formativos. Embora os estudos analisados reconheçam sua contribuição para a ampliação do acesso ao ensino superior e o enfrentamento das desigualdades educacionais, permanecem pouco explorados seus currículos, práticas pedagógicas e formas de mobilização social, particularmente nas experiências vinculadas ao Movimento Negro e compreendidas a partir da Educação Popular Negra.

Caminhos Teórico-metodológicos dos Trabalhos Analisados

A análise dos percursos teórico-metodológicos demonstrou um campo marcado pelo engajamento ético-político. No campo teórico, predomina a matriz freireana, mobilizada sobretudo por meio das categorias de dialogicidade, conscientização e problematização da realidade. A recorrência desses princípios evidencia a atualidade do legado de Paulo Freire nos trabalhos analisados, expressa na participação ativa dos sujeitos nos processos educativos, na valorização de suas experiências e na construção coletiva do conhecimento. Desse modo, o referencial freireano permanece como fundamento para práticas educativas comprometidas com a leitura crítica do mundo e a transformação das realidades vivenciadas.

Também se destacam as contribuições das perspectivas decoloniais e feministas. A primeira expressa-se na crítica ao legado colonial e na valorização de epistemologias historicamente marginalizadas, enquanto as perspectivas feministas evidenciam as relações de gênero e as experiências das mulheres na construção de processos educativos emancipatórios. Nesse campo, destacam-se aproximações com o Pensamento Feminista Negro e a mobilização de categorias como interseccionalidade, escrevivência e saberes ancestrais, ampliando as possibilidades de compreensão das diferentes formas de opressão presentes nas experiências dos sujeitos.

Ademais, apenas um trabalho evocou diretamente o conceito de “Educação Popular Negra”. Nele, concebeu-a como possibilidade de ação e reflexão raciais críticas em atividades do Movimento Negro.

Em relação aos percursos metodológicos, predominam as abordagens qualitativas, com destaque para a pesquisa participante – em suas diferentes possibilidades de construção –, a pesquisa-ação, a sistematização de experiências e os estudos etnográficos. Pesquisas que objetivaram, no interior de/sobre movimentos sociais populares, a construção de relações mais abertas às possibilidades e ao reconhecimento da ação dos diversos sujeitos inseridos nos processos de investigação.

Apesar da ampliação dos debates sobre as diferentes formas de opressão, a diversidade de gênero, raça e colonialidade percebeu-se uma baixa produção sobre os processos educativos protagonizados pelos agentes dessas categorias, sobretudo pelo Movimento Negro, e no que tange à proposta da Educação Popular Negra, em suas diversas frentes. Uma das frentes/formas de expressão

desse Movimento Negro, a rede Educafro Minas marcou ausência no escopo de produções analisados.

Considerações finais

Este estudo analisou a produção acadêmica sobre Educação Popular, Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares publicada nos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd entre os anos de 2017 e 2025. Buscou-se identificar campos teóricos, percursos metodológicos, temáticas investigadas e lacunas presentes nesse campo de pesquisa.

Os resultados evidenciaram o predomínio da matriz freireana como principal fundamento teórico dos trabalhos analisados, articulada, em diferentes níveis, a perspectivas decoloniais, feministas e antirracistas. Do ponto de vista metodológico, destacaram-se abordagens qualitativas e participativas, orientadas pelo compromisso com a valorização dos sujeitos e de suas experiências nos processos de produção do conhecimento. A centralidade atribuída às categorias de dialogicidade, problematização da realidade e participação dos sujeitos indica a atualidade do legado freireano na produção acadêmica recente, especialmente em pesquisas voltadas para movimentos sociais.

Entretanto, a análise revelou uma tensão entre a crescente incorporação dos debates sobre raça, colonialidade e diversidade no campo da Educação Popular e a presença ainda incipiente da Educação Popular Negra como categoria analítica. Tal constatação torna-se particularmente relevante quando considerada à luz das contribuições de Nilma Lino Gomes e Natalino Neves da Silva, que compreendem o Movimento Negro como agente educador e a Educação Popular Negra como uma importante categoria para interpretar processos educativos construídos a partir das experiências históricas de resistência, organização e produção de saberes da população negra. Nesse sentido, os resultados sugerem que a dimensão racial tem sido incorporada às discussões da Educação Popular, mas ainda são escassos os estudos que a abordam a partir do protagonismo político e pedagógico do Movimento Negro.

Ao sistematizar a produção acadêmica recente da ANPEd, a pesquisa demonstra que, embora existam avanços na incorporação de perspectivas decoloniais, feministas e antirracistas, ainda há um reduzido investimento analítico na Educação Popular Negra como categoria teórica capaz de compreender processos educativos desenvolvidos por sujeitos e organizações

negras. Desse modo, o trabalho contribui para o fortalecimento desse campo de investigação ao indicar a necessidade de ampliar pesquisas que articulem Educação Popular, relações raciais, direito à educação e produção de conhecimentos oriundos das lutas do Movimento Negro.

Referências

ALVES, Alda Judith. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de pesquisa**, n. 81, p. 53-60, 1992.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 17 jun. 2026.

CARINE, Bárbara. **Raça social**: uma leitura sobre a racialidade brasileira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2026.

CARVALHO, Í. de. Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Resumo expandido – pôster...** Rio de Janeiro: ANPED, 2021.

CASTRO, C. A. de. **Cursinhos alternativos e populares**: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil. 2005. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

DIAS, A. de S.; SANTOS, M. D. dos. Contribuições do giro decolonial no debate científico do Grupo de Trabalho 6 – Educação Popular da ANPED. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 42., 2025, João Pessoa. **Resumo expandido – trabalho...** Rio de Janeiro: ANPED, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e educação** / Maria da Glória Gohn. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v. 37).

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação / Nilma Lino Gomes – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Andreza Barroso. **Práticas de letramento e pessoalidades em um curso de pré-vestibular popular: um estudo de caso.** 2022.

JESUS, V. P. de; BÚRIGO, E. Z. Os cursos pré-vestibulares populares de Porto Alegre durante a pandemia de COVID-19. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Resumo expandido – trabalho em andamento...** Rio de Janeiro: ANPED, 2023.

MODEL, E. S.; EGGERT, E. Educação popular feminista e pensamento feminista negro na educação popular. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 42., 2025, João Pessoa. **Resumo expandido – trabalho em andamento...** Rio de Janeiro: ANPED, 2025.

PELOSO, F. C.; PAULA, E. M. A. T. de. Educação popular e artes visuais: um ensaio sobre colonialidade do ver e leitura do mundo. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 42., 2025, João Pessoa. **Resumo expandido – trabalho em andamento...** Rio de Janeiro: ANPED, 2025.

PEREIRA, Josilaine Antunes; LOCKS, Geraldo Augusto. Economia solidária: espaço de educação popular e empoderamento feminino. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPED, 2019.

REDE EDUCAFRO MINAS. **Site institucional.** Disponível em: <https://www.educafrominas.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SANTANA, D. V. F.; MOREIRA, J. Criciúma da nossa gente: movimentos negros educadores e educação popular negra. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 42., 2025, João Pessoa. **Resumo expandido – trabalho em andamento...** Rio de Janeiro: ANPED, 2025.

SILVA, N. N. da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 11, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8488>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8488>. Acesso em: 17 jun. 2026.

SILVEIRA, P. H. F. Os cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Minicurso...** Rio de Janeiro: ANPED, 2021.

SOUZA, Sullivan Ferreira de. Comunidades tradicionais amazônicas e estágio supervisionado: reflexões sob a perspectiva da educação popular. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 42., 2025, João Pessoa. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPED, 2025.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2008v26n1p149>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2008v26n1p149>. Acesso em: 17 jun. 2026.